



Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração

Senhores acionistas

A Administração da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Soares Penido ou Companhia) submete à apreciação dos acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração, acompanhado pelas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os valores monetários, exceto quando indicado o contrário, estão expressos em milhares de reais.

Apresentação

A Soares Penido tem a finalidade de unificar a gestão das empresas que participa ou controla, além de maximizar e consolidar os benefícios decorrentes dessa unificação. Atua como uma companhia de capital nacional fechado, participando como sócia ou acionista em empresas que atuam em diversos segmentos de mercado, destacando-se principalmente: (i) Construção civil pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Transporte de Passageiros; (iii) Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iv) Dragagem; (v) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e (vi) Prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.

Os principais investimentos mantidos pela Companhia em empresas controladas integralmente ou com controle compartilhado são: (i) Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng) - segmento de construção civil destacando-se engenharia, construção e mineração; (ii) Serveng Transportes Ltda - segmento de transportes de passageiros; (iii) Corumbá Concessões S.A. - concessão de serviços públicos na geração de energia; (iv) Santa Cruz Rodovias S.A. - concessão de serviços públicos na exploração de rodovias; (v) Serveng Energias Renováveis S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; (vi) Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; (vii) Dragaport Engenharia Ltda. – serviços de dragagem; e (viii) Serramar Parque Shopping Ltda. – gestão e exploração de centros comerciais.

Entre os diversos projetos executados no decorrer de 2012 pela controlada Serveng, individualmente ou em parceria com empresas consorciadas, destacaram-se: (i) **Refinaria Premium I (Petrobrás), MA** – inaugurado em 2010, compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem e obras de acessos na área da futura refinaria Premium I no Maranhão; (ii) **Complexo Eólico Ventos Potiguares, RN** inaugurado em 2011 compreende a execução de serviços de terraplenagem, obras de acesso e construção do complexo eólico Ventos Potiguares nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no Rio Grande do Norte; (iii) **Obra SP 320 – Lotes 5 e 7, SP** – inaugurada em Nov/2010, compreendendo a duplicação e restauração de pista da Rodovia SP 320 – Lotes 5 e 7; (iv) **Metrô Linha 5 - lilás, SP** – inaugurada em mai/2011 compreende execução de obras civis, contemplando obra bruta e acabamento do trecho entre a Vala a Céu Aberto - "VCA" (exclusive) para a partida das tuneladoras e a Estação Borba Gato (inclusive), da Linha 5 - lilás; (v) **UHE Belo Monte, PA** – inaugurada em 2011 compreende execução de todos os serviços, obras e fornecimentos, projeto executivo, infraestrutura e de apoio referentes às obras civis, canteiro de obras e vilas, e outros, para a Usina de Belo Monte.

Ambiente econômico

O ano de 2012 foi marcado pelo agravamento da crise mundial e da redução nas atividades no segmento industrial e de serviços na atividade econômica, principalmente na Zona do Euro. Diante desse cenário internacional desfavorável a economia brasileira cresceu cerca de 0,9%, ou seja, em ritmo menor em relação a 2011, ano em que o PIB brasileiro cresceu 2,7%.

Desempenho econômico-financeiro

A Companhia obteve em 2012 um Lucro Líquido Consolidado de R\$ 390.329 (R\$ 134.786 em 2011), representando aumento de 179,2% em relação ao ano anterior, influenciada pelos seguintes fatores: (i) Lucro Bruto de R\$ 293.886, representando uma contribuição de 27,1% sobre a receita líquida de vendas; (ii) Receita oriunda da mensuração de determinados ativos ao valor justo na rubrica “Receitas financeiras” totalizando R\$ 228.256 (líquido de impostos diferidos).

Na formação da receita operacional bruta consolidada obtida pela Companhia em 2012 no montante de R\$ 1.085.611 (R\$ 804.744 em 2011), ressalta-se o seguinte: (i) Aumento de 65,5% na Receita de Engenharia e Construção, que passou de R\$ 454.396 em 2011 para R\$ 751.994 em 2012; e (ii) Crescimento de 252,7% na Receita de Geração de Energia Elétrica, que passou de R\$ 24.084 em 2011 para R\$ 84.939 em 2012.

Evolução da Receita Bruta de Vendas Consolidada por Segmento de Negócio

Segmento de negócio	em 2012		em 2011		AH%
	R\$ Mil	AV%	R\$ Mil	AV%	
Engenharia e Construção	751.994	69,3	454.396	56,5	65,5
Mineração	144.076	13,3	138.404	17,2	4,1
Geração de Energia Elétrica	84.939	7,8	24.084	3,0	252,7
Concessão de Rodovias e Ponte	60.877	5,6	51.520	6,4	18,2
Transporte de passageiros	35.686	3,3	126.346	15,7	(71,8)
Outros	8.039	0,7	9.994	1,2	(19,6)
	<u>1.085.611</u>	<u>100,0</u>	<u>804.744</u>	<u>100,0</u>	34,9

Recursos humanos

A Companhia encerrou o ano de 2012 com 2.634 colaboradores (2.814 colaboradores em 2011).

Perspectivas

O Brasil iniciou em 2010, o maior ciclo de grandes obras de infra-estrutura dos últimos 30 anos. Nos próximos 5 anos deverão ser investidos mais de R\$ 800 bilhões de reais de recursos públicos e privados.

A Companhia e suas controladas vêm se preparando para fazer parte deste desenvolvimento, quebrando paradigmas e buscando oportunidades de novos negócios nos mais diversos setores da infra-estrutura brasileira. Neste sentido, nossas estratégias estão direcionadas para crescer participação em nossos principais segmentos de atuação, bem como expandir nossa presença em diferentes regiões do País.

A Administração da Companhia acredita que a estabilidade econômica brasileira no médio e longo prazo contribuirá para um ciclo virtuoso de crescimento, permitindo a ampliação dos

nossos negócios no mercado interno, com solidez e aprimoramento de nossa tecnologia na prestação de serviços e comercialização de produtos.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em nossos negócios, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, sem os quais não conseguiríamos obter os resultados apresentados.

São Paulo, 12 de abril de 2013

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo regras relativas ao pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais que está, atualmente, em trâmite no Superior Tribunal Federal – STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A controlada Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ no montante de R\$ 469.743 mil, cuja realização financeira desses precatórios depende do desfecho da ação rescisória movida pela SEFAZ perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

São Paulo, 12 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC SP290557/P-7

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4a	103.930	156.816	9.930	536	Fornecedores e subempreiteiros		83.390	74.187	3.639	9
Aplicações financeiras	4b	216.792	-	-	-	Debêntures, empréstimos e financiamentos	15	226.709	49.886	183.294	21.464
Contas a receber de clientes	5	259.581	199.067	-	-	Impostos e contribuições a recolher	17	49.932	39.095	514	269
Partes relacionadas - contas a receber de clientes	16	3.988	3.195	-	-	Salários e férias a pagar		38.291	18.716	-	-
Estoques	6	35.669	22.203	-	-	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		22.925	53.876	19.151	50.102
Impostos a recuperar		32.786	18.565	447	372	Imposto de renda e contribuição social		3.412	919	-	-
Despesas antecipadas		10.736	3.841	-	-	Provisão para manutenção relativos a concessões		17.851	19.409	-	-
Contas a receber por alienação de investimentos	9	37.935	37.440	37.935	37.440	Outras contas a pagar	19	47.247	31.012	1.909	-
Outras contas a receber		22.348	18.696	-	-			489.757	287.100	208.507	71.844
		723.765	459.823	48.312	38.348	Passivos disponíveis para distribuição aos sócios	2.2j	26.681	-	-	-
Ativos disponíveis para distribuição aos sócios	2.2j	83.015	-	-	-			806.780	459.823	48.312	38.348
		806.780	459.823	48.312	38.348	Não circulante					
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Realizável a longo prazo					
Precatórios a receber	7	551.881	507.825	-	-	Debêntures, empréstimos e financiamentos	15	544.195	295.997	-	161.455
Depósitos judiciais		-	-	264	277	Impostos e contribuições sociais a recolher	17	22.809	26.180	-	-
Partes relacionadas - outras contas a receber	16	2.904	1.412	-	450	Partes relacionadas - títulos a pagar	16	-	-	46.607	46.607
Despesas antecipadas		-	696	-	-	Provisão para contingências	18	45.985	34.625	1.140	-
Imóveis a realizar		4.493	3.674	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	551.969	434.873	27.523	45.287
Contas a receber por alienação de investimentos	9	87.601	124.940	87.601	124.940	Receitas diferidas		11.444	4.014	-	-
Ativos financeiros	11	1.175.794	742.544	-	-	Outras contas a pagar	19	72.389	82.461	3.742	3.640
Outros créditos		41.315	7.911	-	-			1.248.791	878.150	79.012	256.989
		1.863.988	1.389.002	87.865	125.667	Patrimônio líquido					
		1.863.988	1.389.002	87.865	125.667	Patrimônio líquido					
Investimentos	10	37	35	2.452.230	2.034.507	Capital social	20	930.000	900.000	930.000	900.000
Propriedade para investimentos	12	111.713	132.030	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		34.500	30.000	34.500	30.000
Imobilizado	13	1.223.719	994.447	-	-	Reservas de lucros		955.223	544.246	955.223	544.246
Intangível	14	59.886	59.602	6	-	Ajuste de avaliação patrimonial		381.171	395.443	381.171	395.443
		3.259.343	2.575.116	2.540.101	2.160.174			2.300.894	1.869.689	2.300.894	1.869.689
		4.066.123	3.034.939	2.588.413	2.198.522			4.066.123	3.034.939	2.588.413	2.198.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	22	990.113	703.038	-	-
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		<u>(696.227)</u>	<u>(567.062)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>293.886</u>	<u>135.976</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras (despesas) receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	23	(180.541)	(191.041)	(12.767)	(12.009)
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	399.916	23.426
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	<u>3.362</u>	<u>186.192</u>	<u>(7.307)</u>	<u>179.318</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>116.707</u>	<u>131.127</u>	<u>379.842</u>	<u>190.735</u>
Despesas financeiras	24	(50.478)	(36.560)	(18.668)	(4.679)
Receitas financeiras	24	<u>498.665</u>	<u>83.475</u>	<u>11.391</u>	<u>53</u>
		<u>448.187</u>	<u>46.915</u>	<u>(7.277)</u>	<u>(4.626)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>564.894</u>	<u>178.042</u>	<u>372.565</u>	<u>186.109</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8	(27.377)	(4.479)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8	<u>(147.188)</u>	<u>(33.777)</u>	<u>17.764</u>	<u>(46.323)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>390.329</u></u>	<u><u>139.786</u></u>	<u><u>390.329</u></u>	<u><u>139.786</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	<u>390.329</u>	<u>139.786</u>	<u>390.329</u>	<u>139.786</u>
Outros resultados abrangentes:				
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	<u>9.726</u>	<u>-</u>	<u>9.726</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>400.055</u></u>	<u><u>139.786</u></u>	<u><u>400.055</u></u>	<u><u>139.786</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora
				Reserva de desapropriação	Reserva Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1 de janeiro de 2011		610.000	-	149.644	27.001	531.481	422.327	-	1.740.453
Aumento de capital com as reservas		290.000	-	-	(27.001)	(262.999)	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos		-	-	-	-	-	(26.884)	26.884	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Distribuição de juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(40.550)	(40.550)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	139.786	139.786
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO:									
Reserva legal		-	-	-	6.989	-	-	(6.989)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	119.131	-	(119.131)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		900.000	30.000	149.644	6.989	387.613	395.443	-	1.869.689
Adiantamento para futuro aumento de capital	20a.	-	34.500	-	-	-	-	-	34.500
Aumento de capital em dinheiro	20a.	30.000	(30.000)	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos		-	-	-	-	-	(14.272)	14.272	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	20c.	-	-	-	-	-	-	(3.350)	(3.350)
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	10	-	-	-	-	-	-	9.726	9.726
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	390.329	390.329
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO:									
Reserva legal	20b.	-	-	-	19.516	-	-	(19.516)	-
Reserva de retenção de lucros	20b.	-	-	-	-	391.461	-	(391.461)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		930.000	34.500	149.644	26.505	779.074	381.171	-	2.300.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	564.894	178.042	372.565	186.109
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Constituição de provisão para perdas	7.072	5.394	-	-
Juros e variações monetárias	6.496	(12.407)	8.641	4.314
Constituição de provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	9.900	5.810	7.575	-
Depreciação e amortização	46.204	26.511	-	-
Constituição de provisão para contingências	11.361	7.091	1.140	-
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	30.824	34.697	-	-
Custo do investimento alienado e ajuste de preço posterior a alienação	2.507	43.208	2.507	60.779
Ganho na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	(419.221)	(32.287)	(2)	-
Equivalência patrimonial	-	-	(399.916)	(23.426)
	<u>260.037</u>	<u>256.059</u>	<u>(7.490)</u>	<u>227.776</u>
Imposto de renda e na contribuição social pagos	(28.295)	(3.571)	-	(11)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) / Redução dos ativos				
Aplicações financeiras	(216.792)	-	-	-
Contas a receber	(82.383)	(68.873)	-	435
Estoques	(13.466)	(11.552)	-	-
Precatórios a receber	2.712	113	-	-
Impostos a recuperar	(14.182)	(11.821)	(75)	(182)
Depósitos judiciais	-	-	13	(277)
Partes relacionadas - ativo	(2.285)	(2.451)	450	(450)
Outras contas a receber	(35.487)	(5.163)	-	-
Despesas antecipadas	(6.199)	(2.815)	-	-
Contas a receber por alienação de investimentos	35.670	(186.088)	35.670	(186.088)
Imóveis a comercializar	(819)	30.919	-	-
Aumento / (Redução) dos passivos				
Fornecedores	8.918	34.878	3.630	(48)
Impostos e contribuições a recolher	7.325	17.923	245	(5.816)
Salários e encargos sociais a recolher	19.549	3.717	-	-
Receita diferida	7.430	(14.466)	-	(93)
Partes relacionadas - passivo	-	(2.090)	-	(12.448)
Outras contas a pagar	3.337	27.255	2.011	78
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(54.930)</u>	<u>61.974</u>	<u>34.454</u>	<u>22.876</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(353.937)	(242.645)	-	-
Aumento de participação em controladas e SCPs	-	(12.580)	(46.779)	(238.023)
Aumento de propriedade para investimentos	-	(97.137)	-	-
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	38.700	10.018
Alienação de controlada, menos disponibilidades líquidas incluídas na alienação	-	38.200	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa decorrente de ganho de participação em controladas em conjunto	634	-	-	-
Aumento do ativo intangível	(4.349)	(15.154)	(6)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(357.652)</u>	<u>(329.316)</u>	<u>(8.085)</u>	<u>(228.005)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	34.500	30.000	34.500	30.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	421.103	384.831	-	180.000
Pagamento do principal e juros	(62.914)	(126.657)	(18.482)	-
Custo de captação	1.308	(1.395)	1.308	(1.395)
Pagamento de dividendos e antecipações de lucros	(34.301)	(10.627)	(34.301)	(2.952)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	<u>359.696</u>	<u>276.152</u>	<u>(16.975)</u>	<u>205.653</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(52.886)</u>	<u>8.810</u>	<u>9.394</u>	<u>524</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	156.816	148.006	536	12
No fim do exercício	<u>103.930</u>	<u>156.816</u>	<u>9.930</u>	<u>536</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(52.886)</u>	<u>8.810</u>	<u>9.394</u>	<u>524</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia) atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação.

A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: (i) Construção Civil – segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; e (iv) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e também controla a Serveng Transportes Ltda., que explora os serviços de transportes de passageiros no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service) ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas a diversos pontos da cidade de São Paulo.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de abril de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas, as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- ***Nota 5 - Provisão para devedores duvidosos***
- ***Nota 8 – Impostos Diferidos***
- ***Nota 12 – Propriedade para investimento***
- ***Nota 13 – Revisão da vida útil do imobilizado***
- ***Nota 14 – Recuperabilidade de ágio***
- ***Nota 18 - Provisão para contingências***

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

a. *Instrumentos financeiros*

- ***Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- ***Empréstimos e recebíveis***

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.

- ***Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

- ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia e suas controladas não contrataram operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2012 e 2011, incluindo operações de *hedge*.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período não superior a 90 dias.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajustes a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

e. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

f. Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g. Participações em consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

h. Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

i. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

j. Ativos e passivos disponíveis para distribuição aos sócios

Ativos e passivos disponíveis a distribuição são classificados como mantidos para distribuição quando for provável que serão distribuídos aos sócios ao invés do uso contínuo dos bens. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos mantidos para distribuição, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Em 31 de dezembro de 2012, nos ativos disponíveis para distribuição aos sócios foram registrados os terrenos que serão distribuídos e nos passivos foram registrados os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos.

k. Propriedade para investimentos

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados.

l. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado.

m. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

n. Redução ao valor recuperável

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

o. Contas a pagar a fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

p. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante com base no prazo de amortização contratado.

- ***Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

- ***Custo de transação na emissão de títulos de dívida***

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

q. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

• **Provisão de manutenção - contratos de concessão:**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida em um nível específico de operação ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada contratualmente antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

Considera-se uma obrigação incluída no escopo da provisão somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas na medida em que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

r. Compromissos relativos à concessão

Em atendimentos ao OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de sua investida ser contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Os valores devidos ao Poder Concedente decorrentes da taxa de fiscalização de concessão são reconhecidos no resultado em função das contraprestações devidas mensalmente.

s. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como créditos e débitos sobre diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

t. *Outros passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

u. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial*

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

v. *Reconhecimento da receita*

• ***Receita de vendas e serviços***

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subseqüentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

A receita bruta de serviços de transportes compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada pelo valor bruto no momento em que o usuário apresenta o bilhete de passagem necessário à realização da viagem e, subsequentemente, deduzida dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais.

A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e ponte administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

w. Resultado financeiro

• **Receitas financeiras**

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

• **Despesas financeiras**

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros e multas sobre passivos em abertos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos, além dos encargos financeiros incidentes sobre tributos parcelados junto ao Governo.

x. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, bem como ainda não avaliou os possíveis impactos nas Demonstrações Financeiras.

- **IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas**
- **IFRS 11 Negócios em conjunto - CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto**
- **IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades; e**
- **IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - CPC 46 – Mensuração do Valor Justo;**

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2012	2011
Serveng-Civilsan S.A. Empr. Assoc. de Engenharia	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (c)	Integral – Direto	-	100,00%
Serveng Transportes Ltda.	Integral – Direto	100,00%	-
Serveng Energias Renováveis S.A. (b)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Caiçara dos Ventos Torres de Concreto Ltda. (b)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Dragaport Engenharia Ltda.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. (b)	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Serramar Parque Shopping Ltda. (a)	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Serveng Mineração Balsas Ltda. (b)	Integral - Indireto	100,00%	-
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Indireto	22,93%	18,74%
Energia Potiguar Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,98%	100,00%
Torres de Pedra Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,98%	100,00%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,98%	100,00%
Torres de São Miguel Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,97%	100,00%
Morro dos Ventos Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,98%	100,00%
Canto da Ilha Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,97%	100,00%
Campina Potiguar Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,97%	100,00%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,97%	100,00%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,96%	100,00%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica (b)	Integral – Indireto	99,97%	100,00%

- (a) Empresa que iniciou as operações em 1º de dezembro de 2011.
- (b) Empresas pré-operacionais .
- (c) Empresa alienada

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.
- e. Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	75.947	14.265	108	3
Aplicações financeiras diversas	<u>27.983</u>	<u>142.551</u>	<u>9.822</u>	<u>533</u>
	<u>103.930</u>	<u>156.816</u>	<u>9.930</u>	<u>536</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com a variação do Certificado Depósito Interbancário - CDI, 8,3% a.a em 2012 (11,64% a.a em 2011), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

b. Aplicações financeiras

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações Financeiras	<u>216.792</u>	=	=	=

Os recursos classificadas pela Administração na rubrica “Aplicações financeiras” tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico, que serão utilizados durante a construção do complexo eólico dentro de um período superior a 90 dias e são remuneradas as mesmas taxas das aplicações financeiras de curto prazo.

Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez, com possibilidade de resgate imediato em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e possuir opção de resgate antecipado das referidas aplicações, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

5 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	2012	2011
Valores faturados para terceiros	207.414	140.907
Medições a faturar	69.615	73.823
Ajuste a valor presente	(1.828)	(2.163)
Provisão para devedores duvidosos	<u>(15.620)</u>	<u>(12.960)</u>
Total	<u>259.581</u>	<u>199.607</u>

6 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	2012	2011
Produtos acabados	11.616	6.462
Matéria-prima	713	345
Outros estoques para consumo e manutenção	<u>23.340</u>	<u>15.396</u>
	<u>35.669</u>	<u>22.203</u>

7 Precatórios a receber

	Consolidado	
	2012	2011
Valor bruto		
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	469.743	440.795
DER/SP (b)	22.037	20.680
Outros (c)	<u>60.101</u>	<u>46.350</u>
	<u>551.881</u>	<u>507.825</u>

Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela controlada Serveng (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Composição dos Precatórios a Receber

- a. O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Companhia à controlada Serveng, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

- b. No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Sequestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem ser provável as chances da Companhia receber o valor do Precatório.

- c. O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

- d. Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, em razão do recente julgamento ocorrido em 14/03/2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Diferenças temporárias	25.865	10.156	3.813	1.237
Prejuízos fiscais e base negativa	<u>14.263</u>	<u>6.364</u>	<u>6.217</u>	<u>6.364</u>
Total diferido ativo	<u>40.128</u>	<u>16.520</u>	<u>10.030</u>	<u>7.601</u>
Passivo				
Valor justo de investimentos	353.107	204.683	-	-
Custo atribuído de edifícios e terrenos	152.331	152.683	-	-
Lucro na alienação de investimentos	27.613	49.343	27.613	49.343
Exclusões temporárias de órgãos públicos	16.431	10.932	-	-
Outras diferenças temporárias	<u>42.615</u>	<u>33.752</u>	<u>9.940</u>	<u>3.545</u>
Total diferido passivo	<u>592.097</u>	<u>451.393</u>	<u>37.553</u>	<u>52.888</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	<u>551.969</u>	<u>434.873</u>	<u>27.523</u>	<u>45.287</u>

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Demonstração de resultado				
Corrente:				
Imposto de renda	(20.130)	(3.293)	-	-
Contribuição social	<u>(7.247)</u>	<u>(1.186)</u>	=	-
	<u>(27.377)</u>	<u>(4.479)</u>	=	-
Diferidos:				
Imposto de renda	(108.246)	(24.836)	13.062	(34.061)
Contribuição social	<u>(38.942)</u>	<u>(8.941)</u>	<u>4.702</u>	<u>(12.262)</u>
	<u>(147.188)</u>	<u>(33.777)</u>	<u>17.764</u>	<u>(46.323)</u>

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

9 Contas a receber por alienação de investimentos

Em 25 de agosto de 2011, a Companhia alienou, para a CMP Participações Ltda., conforme Contrato de Venda de Quotas e Outras Avenças, parte das operações de sua controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda., que explorava principalmente os serviços de transportes de passageiros no âmbito municipal e metropolitano da Grande São Paulo, intermunicipal rodoviário, suburbano e interestadual, abrangendo os estados de São Paulo e Minas Gerais, ficando apenas com a exploração de serviços de transportes de passageiro no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service).

O saldo a receber encontra-se registrado na rubrica contas a receber por alienação de investimento no ativo.

A transação teve anuência de todos os órgãos regulamentadores da controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (ANTT, SEAE, Infraero, ARTESP e EMTU), no período compreendido entre o final de 2011 e início de 2012.

10 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	-	-	2.452.193	2.034.471
Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas	<u>37</u>	<u>35</u>	<u>37</u>	<u>36</u>
	<u>37</u>	<u>35</u>	<u>2.452.230</u>	<u>2.034.507</u>

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Participação	Investimento				Equivalência			
	Capital social	Lucro (Prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	no capital da investida	2012	2011	2012	2011
Serveng-Civilsan	1.271.900	400.770	2.339.440	100,00%	2.339.440	1.933.123	400.770	31.529
Serveng Transportes	50.985	(2.405)	106.883	100,00%	106.883	(33)	(2.405)	(206)
Caiçara dos Ventos	30	(4)	5.323	100,00%	5.323	-	(4)	-
Serveng Energias Renováveis	1.900	(89)	547	100,00%	547	-	(89)	-
Pássaro Marron	-	-	-	-	-	<u>101.381</u>	<u>1.644</u>	<u>(7.897)</u>
Total					<u>2.452.193</u>	<u>2.034.471</u>	<u>399.916</u>	<u>23.426</u>

Durante o exercício de 2012 a participação na controlada em conjunto indireta Corumbá Concessões S.A aumentou de 18,74% para 22,93% em decorrência da saída de outros controladores da controlada em conjunto resultando em ganho no montante de R\$ 9.726, o qual foi registrado no Patrimônio Líquido da Companhia na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial

11 Ativos financeiros

	Consolidado	
	2012	2011
Investimentos mensurados ao valor justo	<u>1.175.794</u>	<u>742.544</u>

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2012. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

12 Propriedade para investimentos

Consolidado

	Consolidado	
	2012	2011
Shopping Serramar	104.900	125.482
Imóveis em São José dos Campos	<u>6.813</u>	<u>6.548</u>
	<u>111.713</u>	<u>132.030</u>

Movimentação das propriedades para investimentos

	Shopping Serramar (a)	Imóveis em São José dos Campos (b)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	7.725	7.559	15.284
Adições e transferências	117.757		117.757
Varição do valor justo	=	<u>(1.011)</u>	<u>(1.011)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>125.482</u>	<u>6.548</u>	<u>132.030</u>
Depreciação e outros	(6.286)	-	(6.286)
Varição do valor justo	<u>(14.296)</u>	<u>265</u>	<u>(14.031)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>104.900</u>	<u>6.813</u>	<u>111.713</u>

- (a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caraguatatuba, construído pela Companhia, com o objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Esta propriedade para investimento está mensurada pelo valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia; e
- (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia.

A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

13 Imobilizado

	Consolidado	
	2012	2011
Terrenos	494.446	565.401
Edifícios, construções e praças de pedágio	42.865	49.065
Reservatórios, barragens e adutoras	61.290	45.339
Máquinas e equipamentos	122.139	114.296
Veículos e embarcações	109.536	77.947
Equipamentos de informática	1.956	1.778
Móveis e utensílios	827	653
Obras em andamento e outros	<u>390.660</u>	<u>139.968</u>
	<u><u>1.223.719</u></u>	<u><u>994.447</u></u>

Consolidado

	Taxa de depreciação (a.a. %)	2012		2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos	-	494.446	-	494.446	565.401
Edifícios, construções e praças de pedágio	2,8	57.859	(14.994)	42.865	49.065
Reservatórios, barragens e adutoras	2	75.810	(14.520)	61.290	45.339
Máquinas e equipamentos	4 a 25	191.382	(69.243)	122.139	114.296
Veículos e embarcações	10 a 25	180.397	(70.861)	109.536	77.947
Equipamentos de informática	20	7.959	(6.003)	1.956	1.778
Móveis e utensílios	10	2.014	(1.187)	827	653
Obras em andamento e outros (a)	-	<u>390.702</u>	<u>(42)</u>	<u>390.660</u>	<u>139.968</u>
Total		<u><u>1.400.569</u></u>	<u><u>(176.850)</u></u>	<u><u>1.223.719</u></u>	<u><u>994.447</u></u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em		Baixas e transfs	Redução p/ venda empr. control.	Saldo em		Δ % particip. controladas	Baixas e transfs	Saldo em	
	01/01/2011	Adições			31/12/2011	Adições			31/12/2012	
Terrenos	585.345	1.830	(20.620)	(1.154)	565.401	108	3.897	(74.960)	494.446	
Edifícios e construções	62.532	2.719	-	(1.296)	63.955	6.169	-	(12.265)	57.859	
Reservatórios, barragens e adutoras	51.242	4.209	-	-	55.451	5.838	14.521	-	75.810	
Máquinas e equipamentos	140.121	36.329	(2.210)	(1.777)	172.463	14.680	5.449	(1.210)	191.382	
Veículos e embarcações	230.718	72.589	(42.644)	(119.967)	140.696	42.125	22	(2.446)	180.397	
Equipamentos de informática	9.466	717	(388)	(3.716)	6.079	2.233	19	(372)	7.959	
Móveis, utensílios e outros	2.089	242	(47)	(572)	1.712	70	275	(43)	2.014	
Obras em andamento e outros (a)	<u>15.986</u>	<u>124.010</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>139.996</u>	<u>282.714</u>	<u>=</u>	<u>(32.008)</u>	<u>390.702</u>	
Total do custo	1.097.499	242.645	(65.909)	(128.482)	1.145.753	353.937	24.183	(123.304)	1.400.569	
Depreciação acumulada	<u>(197.521)</u>	<u>(23.929)</u>	<u>7.611</u>	<u>62.533</u>	<u>(151.306)</u>	<u>(35.009)</u>	<u>=</u>	<u>9.465</u>	<u>(176.850)</u>	
Valor residual do ativo imobilizado	<u><u>899.978</u></u>	<u><u>218.716</u></u>	<u><u>(58.298)</u></u>	<u><u>(65.949)</u></u>	<u><u>994.447</u></u>	<u><u>318.928</u></u>	<u><u>24.183</u></u>	<u><u>(113.839)</u></u>	<u><u>1.223.719</u></u>	

- (a) Do montante de R\$ 390.702 de obras em andamento, o valor de R\$ 326.718 refere-se ao projeto eólico, sendo R\$ 183.005 de adiantamentos a fornecedores para futuro fornecimento das turbinas eólicas, e R\$ 143.713 refere-se ao custo da construção das usinas eólicas.

14 Intangível

	Consolidado	
	2012	2011
Ágio pago na aquisição de investimentos	24.527	19.525
Direitos de lavra	25.506	25.556
Obras de melhorias	1.941	4.059
Direito de uso do bem público	1.285	3.147
Direitos contratuais de comercialização	1.999	1.999
Softwares	2.097	2.187
Outros	<u>2.531</u>	<u>3.129</u>
Total	<u>59.886</u>	<u>59.602</u>

	Taxa de Amortização e exaustão (a.a.%)	2012		2011	
		Custo	Amortização e exaustão acumuladas	Saldo residual	Saldo residual
Consolidado:					
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	24.527	-	24.527	19.525
Direitos de lavra	(b)	28.355	(2849)	25.506	25.556
Obras de melhorias	(c)	13.695	(11.754)	1.941	4.059
Direito de uso do bem público	(c)	14.483	(13.198)	1.285	3.147
Direitos contratuais de comercialização	(d)	1.999	-	1.999	1.999
Softwares	20	11.471	(9.374)	2.097	2.187
Outros	=	<u>2.531</u>	<u>-</u>	<u>2.531</u>	<u>3.129</u>
Total		<u>97.061</u>	<u>(37.175)</u>	<u>59.886</u>	<u>59.602</u>

- (a) Ágio na aquisição de investimentos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com expectativa de início das atividades em 2013;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direito de uso do bem público e obras de melhorias serão amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão;e
- (d) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2013, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

15 Debêntures, empréstimos e financiamentos

	Item	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Debêntures (117,6% do CDI)	1	183.294	182.919	183.294	182.919
Banco Santander (TR + 11% a.a.)	2	46.863	45.764	-	-
BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.)	3	37.316	36.229	-	-
Banco do Brasil (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.)	3	5.227	5.071	-	-
Debêntures Bradesco (128,85% da Taxa DI-Over)	4	45.659	-	-	-
Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2)	5	53.275	65.311	-	-
Financiamento (BNDES EÓLICAS)	6	381.782	-	-	-
Outros financiamentos		<u>17.488</u>	<u>10.589</u>	-	-
Total		770.904	345.883	183.294	182.919
Circulante		<u>(226.709)</u>	<u>(49.886)</u>	<u>(183.294)</u>	<u>(21.464)</u>
Não circulante		<u>544.195</u>	<u>295.997</u>	-	<u>161.455</u>

- (1) Emitidos em 05 de outubro de 2011, pela Companhia, para implementação do projeto eólico, com vencimento em 18 meses, finalizando em 20 de maio de 2013. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan.
- (2) Financiamento para a construção do Serramar Parque Shopping Ltda., controlada da Companhia. O prazo de amortização é de 131 meses, e está garantido por aval de acionistas da Companhia.
- (3) Os empréstimos com o BNDES, captados pela Corumbá Concessões S.A., estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, ações da Corumbá Concessões S.A., pelo contrato de vendas de energia elétrica com a Companhia Energética de Brasília – CEB e aval de acionistas da Companhia. O prazo de amortização é de 135 parcelas a ser liquidadas até janeiro de 2018;
- (4) As debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela Corumbá Concessões S.A., possuem vencimento em novembro de 2020, sendo a primeira parcela do valor nominal em novembro de 2016 e as demais pagas anualmente. A remuneração de 128,85% da Taxa DI-Over, serão pagas semestralmente. As emissões estão garantidas por penhor de ações ordinárias de emissões da Corumbá Concessões e da Companhia;
- (5) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- (6) Os empréstimos com o BNDES, captados pelas SPEs que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada indireta da Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,5% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA – Imposto de Renda e

Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.

Exceto o financiamento obtido junto ao BNDES pelas SPEs demonstrado acima, os demais empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas *covenants*.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado
2014	75.100
2015	56.311
2016	47.337
2017	45.155
2018 em diante	<u>320.292</u>
Total	<u>544.195</u>

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2012	2011	2012	2011
Saldos				
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes:				
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	3.199	3.195	-	-
Serveng Canuanã 1 Empreend. Imob. SPE Ltda.	788	-	-	-
Serveng Canuanã 2 Empreend. Imob. SPE Ltda.	<u>1</u>	-	=	=
	<u>3.988</u>	<u>3.195</u>	=	=
Ativo não circulante				
Outras contas a receber:				
Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda.	-	-	-	450
Serveng Desenvolvimento Imobiliário	2.600	1.412	-	-
Condomínio do Serramar Parque Shopping	100	-	-	-
Serveng-Construquali	124	-	-	-
Acionistas – antecipação de lucros	<u>80</u>	-	=	-
	<u>2.904</u>	<u>1.412</u>	=	<u>450</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2012	2011	2012	2011
Passivo não-circulante				
Títulos a pagar:				
Serveng Transportes Ltda.	-	-	<u>46.607</u>	<u>46.607</u>

Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2012, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 5.820 (R\$ 8.005 em 2011), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

17 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados (a)	29.057	32.380	-	-
COFINS	12.438	7.419	-	-
ISS	8.496	9.428	-	-
PIS	2.207	1.379	-	-
ICMS	4.511	974	-	-
Obrigações previdenciárias	7.252	7.001	-	-
Outros	<u>8.780</u>	<u>6.694</u>	<u>514</u>	<u>269</u>
Total	72.741	65.275	514	269
Circulante	(49.932)	(39.095)	(514)	(269)
Não circulante	<u>22.809</u>	<u>26.180</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 29.057 estão compostos como segue: **(i)** R\$ 22.863 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; **(ii)** R\$ 1.455 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo; **(iii)** R\$ 3.401 referente ao saldo do parcelamento do ISS do Distrito Federal obtido pela controlada Serveng a ser pago em 60 meses e atualizado pela variação do INPG mais juros de 1% ao mês; e **(iv)** outros tributos parcelados totalizando R\$ 1.338.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado
2014	6.385
2015	6.143
2016	6.036
2017	2.821
2018 em diante	<u>1.424</u>
Total	<u>22.809</u>

18 Provisão para contingências

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Processos tributários	4.894	3.826	1.122	-
Processos cíveis	29.982	22.399	18	-
Processos trabalhistas	<u>11.109</u>	<u>8.400</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>45.985</u>	<u>34.625</u>	<u>1.140</u>	<u>-</u>

A Companhia, suas controladas e empresas com controle compartilhado são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

Consolidado

	2012		2011	
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo líquido	Saldo líquido
Processos tributários	5.459	(565)	4.894	3.826
Processos cíveis	31.760	(1.778)	29.982	22.399
Processos trabalhistas	<u>12.403</u>	<u>(1.294)</u>	<u>11.109</u>	<u>8.400</u>
Total	<u>49.622</u>	<u>(3.637)</u>	<u>45.985</u>	<u>34.625</u>

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo o montante aproximado de R\$ 44.431 (R\$ 87.479 em 31 de dezembro de 2011), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

19 Outras contas a pagar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2012	2011	2012	2011
Compromisso com opção de recompra de ações	-	29.326	-	-
Honorários advocatícios	24.885	21.479	-	-
Obrigações assumidas com consorciadas	76.623	50.920	-	-
Adiantamento de clientes	4.053	4.917	-	-
Provisão para perdas	3.640	3.640	3.640	3.640
Outros	<u>10.435</u>	<u>3.191</u>	<u>2.011</u>	-
Total	119.636	113.473	5.651	3.640
Circulante	<u>(47.247)</u>	<u>(31.012)</u>	<u>(1.909)</u>	-
Não circulante	<u>72.389</u>	<u>82.461</u>	<u>3.742</u>	<u>3.640</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Companhia era de R\$ 930.000 (R\$ 900.000 em 2011), representado por 1.185.590.000 (1.166.258.000 em 2011) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de janeiro de 2012 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 30.000, por meio da integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC anteriormente efetuado pelos acionistas. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado pelo montante de R\$ 930.000, representado por 1.185.590.000 ações ordinárias.

Em 17 de julho de 2012 foi efetuado adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC pelo acionista da Companhia no montante de R\$ 34.500.

b. Reserva de lucros

- **Reserva de desapropriação**

Decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Reserva de retenção de lucros**

A Administração da Companhia está propondo, *ad referendum* na Assembleia Geral Ordinária, a transferência do saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

Descrição	2012
Lucro líquido do exercício	390.329
(-) Constituição da reserva legal	(19.516)
(-) Distribuição de juros sobre capital próprio	(3.350)
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	9.726
Realização do custo atribuído de ativo de controladas, líquido de tributos diferidos	<u>14.272</u>
Lucro líquido a transferir para reserva de retenção de lucros	<u>391.461</u>

No exercício de 2012 as reservas de lucros ultrapassaram o saldo do capital social subscrito e integralizado. Em decorrência, será deliberada na próxima Assembleia Geral a aplicação do excesso no aumento de capital social e/ou na distribuição de dividendos nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Durante o exercício de 2012, foi aprovado a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.350 por meio de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

21 Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia e suas controladas diretas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **(i) Risco de Taxa de Juros** – Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de aumento significativo nas taxas de juros, que reduziria as receitas financeiras sobre determinadas operações contratadas na data do balanço, como por exemplo, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e precatórios a receber; **(ii) Risco de Crédito** - O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, incluindo valores faturados e serviços a faturar. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, bem como a interrupção do fornecimento de serviços e produtos caso ocorra atrasos na quitação de faturas de seus clientes.

22 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2012	2011
Receita operacional bruta	1.085.611	804.744
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(95.255)	(101.224)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	<u>(243)</u>	<u>(482)</u>
	<u>(95.498)</u>	<u>(101.706)</u>
	<u>990.113</u>	<u>703.038</u>

23 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Despesas com pessoal e encargos sociais	(83.288)	(72.479)	-	-
Serviços de terceiros	(38.831)	(50.512)	(10.854)	(12.568)
Doações e outros	(6.969)	(10.848)	-	-
Depreciação e amortização	(14.327)	(6.866)	-	-
Despesas tributárias	(6.799)	(7.713)	-	(9)
Provisão para devedores duvidosos	(9.730)	(4.322)	-	-
Outros	<u>(20.597)</u>	<u>(38.301)</u>	<u>(1.913)</u>	<u>568</u>
	<u>(180.541)</u>	<u>(191.041)</u>	<u>(12.767)</u>	<u>(12.009)</u>

24 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	436.486	30.235	-	-
Juros sobre precatórios	33.977	35.136	-	-
Rendimentos das aplicações financeiras	14.536	9.986	-	-
Juros recebidos ou incorridos	9.745	3.103	9.298	-
Outras	<u>3.921</u>	<u>5.015</u>	<u>2.093</u>	<u>53</u>
	498.665	83.475	11.391	53
Despesas financeiras				
Juros pagos ou incorridos	(40.379)	(14.428)	(17.543)	(4.135)
Variações monetárias passivas	(1.796)	(9.397)	-	-
Outras	<u>(8.303)</u>	<u>(12.735)</u>	<u>(1.125)</u>	<u>(544)</u>
	<u>(50.478)</u>	<u>(36.560)</u>	<u>(18.668)</u>	<u>(4.679)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>448.187</u>	<u>46.915</u>	<u>(7.277)</u>	<u>(4.626)</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

O saldo registrado na rubrica contábil de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas de 2011 refere-se substancialmente ao lucro na alienação da controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda no montante de R\$ 179.225 ocorrido durante o exercício de 2011 e descrito na nota explicativa nº 9.

26 Avais, fianças, garantias e cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia das obras em execução e para determinados bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foi definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada Serveng possuía seguro-garantia, fianças e coberturas de seguros no total de R\$ 875.697, abrangendo, R\$ 97.929 para risco de engenharia, R\$ 13.250 para responsabilidade civil, R\$ 471.278 para seguro garantia, R\$ 11.484 para seguro/carta fiança, R\$ 268.782 (US\$ 131.530) para aeronaves, R\$ 9.747 para embarcações, R\$ 2.770 para equipamentos e R\$ 457 para veículos.

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada indireta Santa Cruz Rodovias S.A. possui compromissos vinculados às concessões rodoviárias a serem cumpridos com o Poder Concedente relativos à recuperação, manutenção e conservação os trechos concedidos à Santa Cruz Rodovias S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, as empresas pertencentes ao projeto eólico, controladas indiretas da Companhia, por meio da empresa Ventos Potiguares, possuíam cartas fiança que totalizavam R\$ 150.000, para honrar o financiamento assumido com o BNDES.

27 Eventos subsequentes

Julgamento sobre inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 62/2009

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento, principalmente em relação a atualização monetária e o fluxo de pagamento dos precatórios. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

* * *

Contabilidade

Nelson Cardona Filho
Contador CRC 1SP 208504/O-2